

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.749.652 - SP (2018/0151804-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A**  
**ADVOGADOS : MÔNICA FERNANDES DO CARMO - SP115832**  
**HELDER MASSAAKI KANAMARU - SP111887**  
**THAIS DE MELLO LACROUX - SP183762**  
**ELIAS CORRÊA DA SILVA JUNIOR - SP296739**  
**RECORRIDO : CARLA CRISTINA DE JESUS TORRES**  
**ADVOGADOS : JOSÉ ARI CAMARGO - SP106581**  
**ARI PEDROSO DE CAMARGO - SP268870**

## DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por **TELEFÔNICA BRASIL S.A.**, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 297, e-STJ):

Responsabilidade civil - Indenização por dano moral Serviço de internet - Falha na prestação do serviço Cancelamento unilateral do contrato Impossibilidade de obrigar a prestadora de serviços de telefonia a disponibilizar seus serviços de internet à autora Afronta ao princípio da liberdade de contratar Multa afastada, ante a revogação da obrigação de fazer - Dano moral caracterizado - Valor da indenização mantido Sentença parcialmente reformada - Recurso parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 306, e-STJ), a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial no que se refere ao termo inicial do juros moratórios, violação aos artigos 186, 884 e 927 do Código Civil e 371 e 489, II, ambos do CPC/15. Sustenta, em suma, que: **i)** não praticou qualquer ato ilícito, nem tampouco a parte recorrida se desincumbiu do ônus de demonstrar os requisitos autorizadores do dever de indenizar, razão pela qual mostra-se indevida a reparação civil; **ii)** ainda que se entenda pela presença dos elementos caracterizadores da responsabilidade civil, o quantum fixado a título de danos morais se evidencia exorbitante, configurando, inclusive, enriquecimento indevido; e **iii)** os juros de mora são devidos desde o arbitramento da indenização.

Contrarrazões às fls. 319/324, e-STJ.

Admitido o recurso especial na origem, os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

**A irresignação não merece prosperar.**

**1.** Com efeito, conforme relatado, sustenta a recorrente que os elementos caracterizadores da responsabilidade civil não restaram comprovados, na medida em que não praticou qualquer ato ilícito, o que afastaria qualquer pretensão indenizatória da parte recorrida.

O Tribunal estadual, quanto ao ponto, entendeu estar configurado o dano moral, manifestando-se nos seguintes termos (fl. 299, e-STJ):

# Superior Tribunal de Justiça

A responsabilidade do fornecedor por fato do serviço é objetiva, apenas podendo ser afastada caso comprovada a inexistência do defeito na prestação do serviço ou a culpa exclusiva do consumidor.

Consigne-se que é dever da concessionária de serviço de telefonia ser diligente no serviço que se propõe a prestar. Aliás, é seu interesse e dever profissional zelar pela qualidade dos serviços que presta aos clientes que procuram por seus serviços.

(...)

Ressalte-se que restou incontroverso nos autos, a autora fez uso dos serviços da requerida por 8 anos (fls. 23/28), e não há como aceitar o argumento trazido em apelo de ausência de responsabilidade em razão da limitação da área para o sinal de internet. Ora, se já havia uma sobrecarga, não deveriam ser oferecidos serviços que não tinha condições de prestar, e ante a já existente sobrecarga na disponibilidade do sinal, a requerida deveria tomar as medidas necessárias para aumentar a capacidade na área. Portanto, além da natureza satisfativa da reparação por danos morais, vale destacar o caráter pedagógico de que também se revestem tais condenações, nas hipóteses em que se mostra cabível a sua imposição.

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal a quo, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

2. Ainda, insurge-se a recorrente com relação ao valor arbitrado pelo Tribunal *a quo* a título de danos morais, reputando-o excessivo por ter sido arbitrado em R\$ 8.800,00 e em violação ao artigo 944 do Código Civil, caracterizador, inclusive, de enriquecimento indevido.

Transcreve-se, por oportuno, trechos do acórdão atacado, no que se refere ao valor dos danos morais fixados (fls. 330, e-STJ):

Assim, o valor da indenização deve ser mantido em R\$ 8.800,00, valor compatível com o dano sofrido e que se presta a coibir a reincidência da conduta, com correção monetária a partir da data da sentença, nos termos da Súmula 362 do E. Superior Tribunal de Justiça e os juros de mora contados a partir da citação, vez que a responsabilidade civil tem natureza contratual nessa situação.

Com efeito, no que se refere ao pleito de redução da verba indenizatória, não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema da fixação da indenização, uma vez que não existem critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, reiteradamente tem-se pronunciado esta Corte no sentido de que a reparação do dano deve ser fixada em montante que desestime o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido.

Com a apreciação reiterada de casos dessa natureza, concluiu-se que a intervenção desta Corte ficaria limitada aos casos em que o *quantum* fosse irrisório ou exagerado, diante do quadro fático delimitado em primeiro e segundo graus de jurisdição.

Na espécie, para formar seu convencimento, o Tribunal local valeu-se do exame das circunstâncias fáticas do caso em análise, e para alterar tal entendimento, notadamente considerando que a quantia estipulada não se mostra exorbitante, necessário seria o revolvimento do material probatório, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do STJ.

# Superior Tribunal de Justiça

Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. VALOR DA CONDENAÇÃO. QUANTIA IRRISÓRIA. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE. 1. Nos termos da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, a revisão de indenização por danos morais só é possível em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo, de modo a afrontar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 2. **O STJ já firmou entendimento de ser razoável a condenação em valor equivalente a até 50 (cinquenta) salários mínimos por indenização por dano moral decorrente de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. Precedentes.** [...] 4. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa. (AgRg no AREsp 456.331/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 03/04/2014) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA NÃO CONFIGURADA ANTE A INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ e 284/STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. [...] 2. **"Esta Corte firmou o entendimento de que é razoável o valor do dano moral fixado em valor equivalente a até 50 salários mínimos para os casos de inscrição inadvertida em cadastros de inadimplentes, devolução indevida de cheques, protesto incabível e outras situações assemelhadas."** (AgRg no AREsp 796.500/RS, Rel. o Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 24/11/2015, DJe 1º/12/2015). 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 771.453/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 16/05/2016) [grifou-se]

Desta forma, considerando que o valor fixado pelo Tribunal *a quo* (R\$ 8.800,00) a título de danos morais não se mostra excessivo e está em consonância com o considerado proporcional e razoável por este Tribunal Superior em situações semelhantes, conclui-se que a pretensão do recorrente esbarra no óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. Quanto à suposta violação aos artigos 371 e 489, II, do CPC/15, e 407 do Código Civil, esse último sob o argumento de que os juros de mora devem ser contados da data do arbitramento da indenização por danos morais. verifica-se que, da análise do aresto recorrido, o conteúdo normativo dos referidos dispositivos legais não foi objeto de debate pela Corte de origem.

Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, *"Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal."* (AgRg no AREsp 519.518/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA

# *Superior Tribunal de Justiça*

TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 25/05/2018).

Razão pela qual incide, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, de seguinte teor:

Súmula 282 - "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

Súmula 356 - "O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito de prequestionamento".

Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. SÚMULA 182/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. ADEQUADA IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA RECONSIDERADA. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA PERMITIR O EXAME DO RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JULGADA IMPROCEDENTE. LEVANTAMENTO DE VALORES INDEFERIDO PELO MAGISTRADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. Não incide o óbice da Súmula 182/STJ no caso, tendo em vista que, conforme demonstrado, foram impugnados, nas razões do agravo em recurso especial, todos os fundamentos da decisão que negara seguimento ao recurso especial. Agravo em recurso especial conhecido, para que se prossiga no exame do recurso.

**2. O conteúdo normativo dos dispositivos invocados no apelo nobre não foi apreciado pelo Tribunal a quo, tampouco foram opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão. Ausente, portanto, o indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF).**

3. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo julgamento, conhecer do agravo para não conhecer do recurso especial. (AgInt no AREsp 875.435/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 22/10/2018; grifou-se)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ERRO MATERIAL. EXISTÊNCIA. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA ANULAR O ACÓRDÃO QUE RECONHECEU A INTEMPESTIVIDADE DO REGIMENTAL E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO POR OUTROS FUNDAMENTOS.

1. Esta egrégia Corte Superior já proclamou que os embargos de declaração constituem a via adequada para sanar omissões, contradições, obscuridades ou erros materiais do decisório embargado, admitida a atribuição de efeitos infringentes apenas quando esses vícios sejam de tal monta que a sua correção necessariamente infirme as premissas do julgado, como no caso dos autos.

2. Do reexame do acórdão embargado, verifica-se que a intempestividade do recurso interposto foi analisada sem observância à Lei n. 11.419/2006,

# *Superior Tribunal de Justiça*

de modo que, de fato, o recurso apresentado estava tempestivo.

3. A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não autoriza a oposição de embargos de declaração, tanto mais por não servirem os declaratórios, em regra, ao propósito de rediscussão de matéria já decidida.

**4. Se o conteúdo normativo contido nos dispositivos apresentados como violados não foi objeto de debate pelo Tribunal de origem, evidencia-se a ausência do prequestionamento, pressuposto específico do recurso especial. Incidem, na espécie, os rigores das Súmulas n. 282 e 356 do STF.**

5. O Tribunal de Justiça delineou a controvérsia com apoio nos elementos de fatos e provas coligidos aos autos. Nesse contexto, a revisão do julgado esbarra no óbice da Súmula n. 7 do STJ.

6. A falta de impugnação de argumento suficiente para manter, por si só, o acórdão recorrido, a argumentação dissociada bem como a ausência de demonstração da suposta violação à legislação federal impedem o conhecimento do recurso, na esteira dos enunciados n. 283 e 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

7. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para anular o acórdão embargado que reconheceu a intempestividade do regimental e negar provimento ao recurso por outros fundamentos.

(EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 715.711/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 24/05/2018; grifou-se)

**4. Do exposto, com fulcro no artigo 932, V, do CPC/15 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial. Com base no art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator